

Aspectos históricos contábeis e culturais do período carolíngio (do século IX ao XIII) e suas derivações entre outras ciências

Aspectos históricos contables y culturales del periodo carolingio (del siglo IX al XIII) y sus derivaciones entre otras ciencias

Historical accounting and cultural aspects of the Carolingian period (from the ninth to the thirteenth century) and their derivations among other sciences

[Artículos]

Rodrigo Antonio Chaves da Silva *

Recibido: 08 septiembre de 2022
Aprobado: 20 de diciembre de 2022

Citar como:

Chaves da Silva, R.A. (2022). Aspectos históricos contábeis e culturais do período carolíngio (do século IX ao XIII) e suas derivações entre outras ciências. *Revista Activos*, 20(2), 61-85. <https://doi.org/10.15332/25005278.8622>



* Contador, especialista em gestão econômica das empresas, professor universitário, consultor, conselheiro fiscal, perito judicial, membro da escola do neopatrimonialismo e do clube de Balanced Scorecard da Argentina, ganhador dos prêmios internacionais de história da contabilidade (2007 e 2008) e análise financeira (2008 e 2009), prêmio internacional Rogério Fernandes Ferreira (2011), participante do primeiro Simpósio das Fronteiras do Conhecimento contábil no Peru (2012), Congresso OCC, Portugal (2015), Congresso AECA (2017), Aveiro (2017), com artigos aceitos no Congresso Mundial de História da Contabilidade (Balarat, Austrália, 2015), e Congresso Mundial de Contabilidade Pública (Setúbal, Portugal, 2015), professor visitante da Universidade de Huelva (2017), Pablo de Olavide (2017), Sevilla (2017), Acadêmico imortalizado pela ACLA de Manhuaçu, membro imortal da Academia Mineira de Ciências Contábeis, escritor de 200 artigos e 20 livros de contabilidade, a maioria editada pela Juruá Editora, Brasil. Correo electrónico: rachavesilva@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6536-0424>

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar a história ou os fatos cronológicos que dizem respeito à gestão patrimonial, portanto fenômenos contábeis, no período carolíngio, que é praticamente inexplorado nas pesquisas científicas e contábeis. O trabalho foi levantado na premissa de não se encontrarem investigações históricas contábeis entre os séculos IX e XIII, que são base para a doutrina ocidental. A justificativa se mantém por uma lacuna existente nos trabalhos atuais, de incentivo nos estudos de investigação histórica contabilística na baixa Idade Média. A metodologia, além de ser histórica, é crítica, tecendo as versões para os âmbitos sociais, que incutiam relações econômicas, patrimoniais e como podemos pensá-las nos tempos hodiernos. A problemática liga-se diretamente ao entendimento de como eram as relações e o que pode ser entendido no presente para prepararmos melhor o futuro. Trata-se de um trabalho que apenas aponta alguns aspectos, incute a necessidade de aperfeiçoamento da parte de outros pesquisadores e cientistas que queiram produzir mais pontos de discussão e reflexão de tal período, necessário de inquirir, devido à parca escrita sobre o assunto.

Palavras-chave: período carolíngio – contabilidade patrimonial – outros aspectos de outras ciências.

Classificação JEL: M41, M49

Resumen

El objetivo de este artículo es abordar la historia o los hechos cronológicos que conciernen a la gestión patrimonial, y por tanto a los fenómenos contables, en la época carolingia, prácticamente inexplorada en la investigación científica y contable. El trabajo se plantea partiendo de la premisa de que no se encuentran investigaciones contables históricas entre los siglos IX y XIII, que son la base de la doctrina occidental. La justificación se mantiene por una laguna existente en los trabajos actuales, de fomento en los estudios de investigación histórica contable en la Baja Edad Media. La metodología, además de histórica, es crítica, tejiendo las versiones para las esferas sociales, que inculcaron las relaciones económicas y patrimoniales y cómo podemos pensarlas en los tiempos modernos. El problema está directamente ligado a la comprensión de cómo eran las relaciones y qué se puede entender en el presente para preparar mejor el futuro. Se trata de un trabajo que apenas apunta algunos aspectos, incita a la necesidad de perfeccionamiento por parte de otros investigadores y científicos que quieran producir más puntos de discusión y reflexión de tal período, necesario de indagar, debido a la escasez de escritos sobre el tema

Palabras clave: periodo carolingio, contabilidad patrimonial, otros aspectos de otras ciencias

Abstract

The aim of this article is to deal with the history or chronological facts concerning wealth management, and therefore accounting phenomena, in the Carolingian period, practically unexplored in scientific and accounting research. The work is based on the premise that there is no historical accounting research between the ninth and thirteenth centuries, which are the basis of Western doctrine. The justification is maintained by an existing gap in the current works, of encouragement in the studies of historical accounting research in the late Middle Ages. The methodology, besides historical, is critical, weaving the versions for the social spheres, which inculcated the economic and patrimonial relations and how we can think them in modern times. The problem is directly linked to the understanding of how the relations were and what can be understood in the present to better prepare the future. It is a work that barely points out some aspects, incites the need for improvement by other researchers and scientists who want to produce more points of discussion and reflection of such period, necessary to investigate, due to the scarcity of writings on the subject.

Keywords: Carolingian period, patrimonial accounting, other aspects of other sciences.

JEL Classification: M41, M49

Introdução

O conhecimento de história por essência é o conhecimento obtido pela investigação (Masi, 1971), como dizia Pereda (2008): para quem não conhece história, uma pedra não é uma pedra, ela tem a razão de ser; e assim é o sentido de uma sabedoria superior que é a contabilidade: tudo na sua estrutura de conhecimento tem que ter um porquê ou a razão de existir.

O estudo de história compõe não apenas uma parte da teoria, mas também, acima de tudo, uma fundamentação científica da aludida; por tal motivo, Bobbio (2006) divide a filosofia *jurídica em histórica e teórica*, traçando na primeira parte de sua obra, elementos de evolução cronológica do direito¹. Isso também encontramos em

¹ Na primeira parte de sua obra, lança as fontes ou os fatos históricos do direito como *jus gentile* ou *jus civile*, isto é, direito pelos costumes e direito pelas regras, mostrando a razão de ser e a qualidade do seu conhecimento; por tal, num trabalho de filosofia do direito, pois explica a qualidade e o entender da interpretação do direito como elemento intrínseco aos próprios fenômenos históricos. Na contabilidade, está faltando esta matéria nas grades superiores para sustentarmos bem o panorama gnosiológico de nosso saber, embora tenha havido bastantes contribuições (Sá, 1953; Masi, 1955; Silva, 2009; Hoog, 2013).

Sá (1997a; 1997b), que divide a história da contabilidade em duas partes: *a geral e a das doutrinas*. É absolutamente admissível entendermos a história da contabilidade como o fundamento científico e filosófico de nossa ciência, tal qual elemento basilar que alberga a origem e o estado atual de evolução de sua teoria científica.

Mormente, o estudo histórico não deixa de ser um estudo *antológico* (estudo das datas e das marcações históricas), não obstante estudo *ontológico* (estudo do ser), isto é, análise do próprio ser ou da sua relação própria na história, constante das filosofias do conhecimento (Bunge, 1987; Escobar, 1975), ou seja, das lógicas do próprio saber, no setor das origens. Contudo, é na história que temos as fontes dos fenômenos da própria teoria científica (Kuhn, 2001).

Quando o homem começava a raciocinar o que fazer com as riquezas que lhe vinham, ele passava a administrar a mesma porção de coisas com objetivos racionais. Assim, surgem, dentro da visão dimensional, as qualidades e as quantidades de bens, portanto o uso do patrimônio para os fins rudimentares de sobrevivência; embora essa fase evolutiva seja concebida como estudo histórico e do passado, ela é muito mais importante que apenas um conjunto de citações: ela faz parte da versão *ontognosiológica* (Reale, 2007) da ciência contábil.

As *ciências sociais* como um todo admitem como diapasão dos seus estudos as metodologias de *avaliação histórica* (Leite, 2008), porque as descobertas do mundo não acontecem devido também a uma certa ojeriza da inquirição histórica, esta admite novas propostas de estudo do tempo, descobertas novas — como a se citar a de Santos (2013)²; portanto, a história é do novo, é do futuro (Vieira, s/d) e igualmente não permite ser estática, mormente, ela se coloca como dinâmica, pois está viva, tecendo novas considerações sobre a análise dos fatos, sejam quaisquer ciências que a elejam.

A base contábil é a fundamentação primordial da história. Se traçarmos uma contextualização da vida dos povos, sempre se destacará o potencial de realização de “inventários”, assim fora no *povo hindu*, seus inventários contábeis que descreviam a história (Martins e Silva, 2011), igualmente no *povo hebreu*, pois

² A descoberta de Santos (2013), constante em sua dissertação de mestrado, informa a criação de uma república em Manhuaçu, que era uma terra de elite cafeeira e mineira, sob a chefia dos coronéis, em especial o seu líder Serafim Tibúrcio; tal república durou apenas 22 dias e teve como esfera cultural a visão de autonomia de certas camadas na República, semelhante a Canudos, pois a crítica dos historiadores é que a república pós-monárquica fora feita por uma pressão oligárquica, mais para “castigar” o império pela falta de incentivos à burguesia rural e pelas ações sociais com as quais eles não concordavam (como a abolição da escravatura).

perceberemos claramente que, nos livros do Pentateuco, em especial o dos *Números* e *Deuteronomio*, temos leis e regras de contabilização dos povos, fora as normas. Por destaque, percebe-se, então, que aparece na história o albergue da escrita e, como a escrita contábil surge antes da comum (Sá, 1961), essa mesma escrita é histórica ou retrata a história, estabelecendo destarte a marcação cronológica não apenas dos fatos patrimoniais, mas sobretudo culturais, econômicos e sociais da vida dos povos e dos grupos.

Não existem bases consistentes ou documentais para os livros de história, a não ser, como retrata Duby (1962), na época carolíngia, os *polípticos*, tipos de levantamentos ou esquemas de censo, também os *inventários*³, ora tratados por ele como documentos contábeis, ora tratados como instrumentos de história ou cronologia.

O documento contábil mais utilizado por Duby (1962) e Masi (1975) é o *Domesday Book* do ano de 1086, que “compreendia os bens da Coroa, tal como qualquer bem ou feudo” (Masi, 1975, p. 167). Existem mais documentos contábeis que retratam o patrimônio e as relevações contabilísticas do ano de 1140, pois as formas de orçamento eram comuns no reinado carolíngio.

São poucos os elementos para se estudar tal era; não obstante, um trabalho de história não se faz apenas com documentos, mas também e acima de tudo com a explicação dos fatos conforme a tradição; logo, esta também é história ou mesmo o retrato dos fatos, todavia não escritos e não registrados.

A época carolíngia ou o domínio de Carlos Magno tem grande significância social e histórica, pois ele foi reconhecido como o grande rei Franco, coroado rei do mundo, estabeleceu as bases para a consolidação da estrutura do Ocidente, inclusive cultural, com as derivações em diversos ramos do saber, como o contábil, o econômico, o jurídico, entre outros.

Sem dúvida, o destaque de grandes historiadores da vida patrimonial da sociedade média, no tempo carolíngio (conhecido como “baixa Idade Média”), que marca o ápice de uma era de nome medieval, que se enceta pela tomada de Constantinopla pelos Turcos (Silva, 1970), não deixa de retornar ao controle das práticas

³ O mesmo esquema fora usado por Cândido (1967) para o estudo rural, e da vida no campo em cidades do interior de São Paulo; tal autor retrata constantemente os esquemas de inventários, embora, sua pesquisa fosse mais enriquecedora com as pesquisas de campo que procedeu, por quase dez anos. A pesquisa de campo é uma das mais usadas dentro do esquema qualitativo de conhecimento, principalmente das ciências sociais (Haguete, 1992). Seu trabalho não é apenas de história, mas de gênero, sendo uma das mais importantes pesquisas sociais do Brasil.

econômicas, inclusive com instrumentos para a satisfação da sociedade, pois ainda não havia os termos de riqueza capitalística nessa época, sendo invenção do homem, a partir do século XVIII, praticamente com a Revolução Industrial.

A base social nos costumes aqui se ostenta com as práticas de “culturas rurais”, sendo uma condensação das tradições rurais e familiares, depois desenvolvendo o termo “*cultus*” no sentido de “conhecimentos”, embora muitos atribuam essa palavra ao sentido religioso de “culto”.

No largo tempo da idade carolíngia, o desenvolvimento bastante incipiente, e não repleto de percalços, rodeado das diversas celeumas sociais e da opressão de poucos, fornece uma história muito rica, embora pouco documentada ou com poucos documentos históricos, encontrados também nos centros de religiosidade, principalmente cristã e mulçumana⁴.

Mesmo com os poucos documentos, é importante dizer que “a história não se faz apenas com textos” (Duby, 1962, p. 10), mas também com as interpretações com base na conexão lógica das tradições, dispondo de *método crítico* tão comum em história (Franco, 1950), ainda em se tratando das análises a partir do século VIII, penetrando na tendência dos séculos IX até o XIII.

A história dos povos é também a história contábil, econômica e sociológica. Ela que perfaz uma sociedade, embora não houvesse cidades naquele tempo, mas aglomerados mínimos de pessoas, pequenas famílias, fomentando as primeiras comunidades, estratificadas conforme a terra — já que o sentido de propriedade só viera a partir do século XVIII (Thompson, 2002) —, uma vez que o campo era tudo aquilo que se podia explorar.

É no processo que fomenta a base para o mundo ocidental (Silva, 1970) que a sociedade evolui com as práticas agrícolas, tendo grandes celeumas ligadas à fome

⁴ Observando as maiores descobertas do mundo, todas elas passaram por centros religiosos, como podemos citar na própria contabilidade, com a Suma de Aritmética (1494) de Luca Pacioli, que era frade franciscano, professor de Leonardo da Vinci; ou muito antes, em 1363, a obra de Abdullah Mohamed, *Il Mazenderani* (“O comerciante” ou “o mercador”), grande religioso mulçumano, também comerciante e contador, sua obra esquecida do Ocidente, fora descoberta e apresentada pelo prof. Ismail Otar, de Istambul, na Turquia, apresentada no IV Congresso Internacional de História da Contabilidade em Pisa (Sá, 1995), sendo reconhecida como uma das incipientes obras de contabilidade do mundo, esta pertencente ao mundo islã e árabe; há de se pensar que, com a obra *Liber Abaci* de Fibonacci (1202), existe o marco de uma nova era contábil, com o início da literatura, ele que era filho de comerciante e tinha vivido por muito tempo no Oriente Médio, absorvendo a cultura islã (que é profundamente religiosa); logo lá tinha aprendido francamente os números arábicos, que deram evolução às operações matemáticas e comerciais, desenvolvendo o comércio e o capitalismo também (Sá, 1997a; Silva, 2009; 2014).

e principalmente à falta de recursos; por tal, as primeiras práticas de produtividade e o início do comércio desenvolve-se no século XIII.

O problema a ser estudado é relevarmos e abordarmos *como eram as práticas contábeis na fase Carolíngia e como podemos entender a sua estrutura patrimonial e administrativa*, ligada às funções científicas derivadas como relações sociológicas, econômicas e jurídicas, pois tal era representa a base cultural do Ocidente, considerando não só a necessidade desse aprofundamento, mas também e sobretudo a ausência de pesquisas nesse setor.

Caracteriza-se nosso trabalho como um estudo *explicativo*, conforme *os fins*, usando conforme *os meios, os documentos e referências bibliográficas* (Vergara, 2000), usando o *método histórico*, sendo *pesquisa qualitativa e de interpretação*, portanto *fenomenológica* (Triviños, 2008); desse modo, uma análise real dos fatos ou mesmo dos documentos; destarte, consideramos o estudo de história um dos mais importantes para entendermos o curso do pensamento humano.

A história, pois, não é o estudo do passado, é o estudo do futuro, como dizia Padre Vieira (s/d, p. 13), porque “o tempo, como o Mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior invisível, que é o futuro”, e como confirmava Pessoa (2001, p. 169): “O que é o presente? É uma cousa relativa ao passado e ao futuro”; por tal, a história não é algo estático, mas sim, dinâmico.

Sobretudo, se entendermos o presente pela análise do passado, sem dúvida, teremos conhecimentos atualizados para não cometermos erros no futuro ou prepararmos o porvir, porque a história é o estudo do futuro, da provisão contra os erros e da adaptação das intempéries ou pelintras que o homem tende a ter com óbices de seus desafios, avaliando cronologicamente o curso humano no passado.

Este trabalho como um dos poucos incipientes sobre os estudos contábeis sobre a era carolíngia é apenas um caminho para os demais estudos sobre tão importante época, fundamental para os dias atuais, e para entendermos como era a contabilidade, como ela é hoje e como ela será no futuro.

Carlos Magno e o império mundial

Carlos Magno é considerado o grande rei Franco, imperador do mundo e criador de uma base cultural que fomentou toda a estrutura do Ocidente, consolidou seu poder interno em 771, começando a reinar no Natal dos anos 800; dedicou-se à guerra contra os saxões. Carlos foi consagrado rei do Ocidente pelo papa Leão III; o império era dividido em condados, e ele fora o primeiro a formar um código, tal

como na sua época foi fomentado o cânon da Igreja, criando assim as primeiras leis e os padrões como base conhecidos até o dia de hoje (Barsa, 1981, v. 5, pp. 106-107).

Em sua época, a estrutura aziedal se divide *administrativamente* entre *senhores e vassallos*, a *monarquia* valia-se de tal hierarquia para o movimento tributário e principalmente de benefícios; sua base gerencial provém da cultura romana, ostenta-se com um centro administrativo (Masi, 1975, pp. 100 e ss.), e diversos membros da máquina — capelão, chanceler, condessa, camareiros, entre outros — como conselheiros, que fazem tal reino funcionar organizativamente, pois se estende desde a saxônia até a Grã-Bretanha.

Na época de Carlo Magno, começa a existir até o ensinamento, isto é, uma estrutura parecida com as escolas de hoje; os ensinamentos e as lições eram dados em dois tipos: *trivio* e *quadrvio* (Masi, 1975, p. 119): o primeiro se referia ao estudo da gramática, da retórica e da dialética; o segundo, da aritmética, da geometria, da música e da astronomia⁵.

Criaram-se os “capítulos”, que seriam divididos em “artigos”, mais voltados às reuniões administrativas, que eram feitas em assembleias e tribunais, para manter a sua gestão imperial (daqui aparece a função do livro e sua divisão), tudo favorecendo o sistema feudal, já nos séculos seguintes, embora o Estado franco fosse absolutamente teocrático, isto é, um tipo de “*Estado eclesiástico*” (Masi, 1975, p. 120).

Instituíra o rei Franco um modelo de auditoria, que era também um grupo de inspetores religiosos, os chamados “*missi dominici*” (Masi, 1975, p. 118); sua função eram duas: de serem homens de lei e serem presbíteros, portanto legisladores do direito social e religioso, visto que todo o Estado é cristão, num contexto em que Igreja e Estado seriam uma coisa só.

Sua administração imperial é dada aos próprios funcionários, chamados de “condes”, que tinham uma extensão de terra denominada “*pagus*” (desta palavra temos o termo “país”); as fronteiras entre as terras, depois apelidadas de “condados”, eram reconhecidas como “marcas” (daqui a palavra “marquise” também), nas quais havia centros militares de defesa.

⁵ Não podemos dizer se foi uma herança direta, mas até hoje o ensino italiano tem uma base semelhante, no chamado 3º colegial, o qual é considerado uma escola média superior, chamada de “liceo” (daqui a ideia das licenciaturas no Brasil também), de quatro ou cinco anos, com quatro especialidades: clássica, científica, linguística e artística (Globo, 1987, v. I, p. 108).

Seus principais colaboradores eram os *centenários* e os *vigários* (a palavra que é usada na Igreja provém da cultura dessa época): os primeiros administravam sob o olhar do imperador uma porção de 100 domínios rurais; os segundos administravam os distritos dos condados (Masi, 1975, pp. 116 e ss.).

É uma história rica de fenômenos patrimoniais, fora as relações sociais, jurídicas e econômicas que também aparecem nessa era, o que tentaremos explorar, embora haja dificuldades de documentação.

A divisão patrimonial no período carolíngio

O senso de *patrimônio* e *domínio* não era tão bem definido, era bem misturado; sabemos que o domínio é uma extensão de terra, nem sempre delimitada, não apenas por questões administrativas, mas também jurídicas e geográficas, acima de tudo por documentos; enquanto o patrimônio é passível de todos esses elementos de singularização.

Por tal, o “patrimônio do império carolíngio, nada mais é que o patrimônio dos vários estados constituintes do império, isto é, a Aquitânia [...] a Borgonha, a Alemanha, a Saxônia nada mais é que o Reino Longobardo transformado em ‘*Regnum Italiae*’” (Masi, 1975, p. 123).

A riqueza dominial, provém ainda da época de Marco Aurélio. Na sua época, a tradição romana estipulou bem os termos públicos: o chamado “*erário régio*”; ficou sendo o “tesouro” como a riqueza do Estado, e o “fisco”, a riqueza do imperador, portanto, como “casa do Estado, *erarium*, surge a casa imperial, o *Fiscus*” (Masi, 1975, v. II, p. 5).

Havia dois tipos de conceituações para o domínio, que se definia como patrimônio — não obstante, não havia a melhor singularização: uma primeira vertente de *dominium* seria de bens pertencentes ao príncipe, e *domus* como as partes dada à Igreja, aos senhores feudais, aos municípios etc.; estas são as versões que mais penetram em nosso entendimento, por esse motivo que Masi (1975, v. II) considera os patrimônios do rei como os verdadeiros “domínios” de sua administração.

Foi aqui que surgem as divisões entre os países, a se contar Portugal, que era considerado condado de Portugal dado sob a posse de dom Eduardo. A palavra

“contador” de origem portuguesa⁶ começa aqui no século XIII, como sinônimo de “auditor”, por causa das audiências que se faziam de prestações de contas nos tribunais (Rodrigues, 1989); portanto, o primeiro país a se desmembrar foi Porto do Galo e ainda sob a visão de condado, isto é, uma porção de terra dada a um conde.

Mas as relações das terras de um patrimônio se centravam no sentido de posse, a maioria dos camponeses, vassallos e servos não possuíam a terra, trabalhavam apenas nela; isso porque a propriedade era dos senhores que foram beneficiados pelo Rei; o sentido real de posse só veio a aparecer no século XVIII para o XIX⁷ (Thompson, 2002).

O senhor usa a terra num regime de imortal arrendamento, o que era uma exploração dos serviços muito perene, sob a manutenção do regime patrimonial.

O patrimônio, conforme a explicação provinda de Masi (1975 v. II; 1975), era todo do rei, era o *domus* ou *dominus*; destarte, era dado como fonte administrativa, com raras ostentações de propriedade, esta noção é romana, como vimos, em que o “*fiscus*” era o patrimônio do rei ou do senhor; por tal a relação soberana nos pequenos feudos era de “servo” e “senhor” porque este representava a sombra do rei, que tinha o seu “*fiscus*”.

Por isso, as unidades fiscais eram chamadas de “*villae*” ou mesmo *villas*, as primeiras dadas aos senhores, as segundas dadas aos servos, mas como um direito de exploração; é verossímil afirmar que “a deliberação de *villis* era em substância um conjunto de normas de administração patrimonial para o domínio régio”, pois “os domínios eram reunidos em grandes unidades econômicas que eram apontadas com os *fiscus* ou as *Villae*” (Masi, 1975, p. 131).

⁶ Por muitos anos, até por defesa de grandes doutrinadores como Sá (1989) e Franco (1985), houve a apresentação da fase primogênita da auditoria como anglo-saxônica; em parte, isso é verdade, todavia não como primogênita, mas como uma fase mais fetal, enquanto a realidade de “embrionariamento” do termo é contundentemente portuguesa, tais provas estão, segundo Rodrigues (1989), na Fundação Biblioteca Nacional; portanto, podemos hoje apenas acolher, devido a essa descoberta da história, a palavra e o conceito de auditoria inicialmente de origem portuguesa, encetando na sua técnica em Portugal, para num segundo momento de fase ser aproveitado em terreno anglo-saxão.

⁷ Poderíamos dizer que justamente aqui temos um rudimento do fenômeno de *leasing*, pois ele modernamente criado pelas empresas Boothe Júnior em 1952, tem uma conotação nesse período feudalista que marcou o permeio da era carolíngia, pois se usavam os bens, sem serem integrados no ativo das famílias dos servos, a propriedade era apenas do senhor ou num termo maior do Rei que a dava como queria aos seus súditos; este é o sentido do *leasing*. Usa-se e não participa do patrimônio usado. Só existia a posse em administração patrimonial, e não a propriedade. Por tal, concordamos com a afirmação de Queiroz (1983) que tal fenômeno surgiu nesse período.

Portanto, os termos “*villis*”, “*villae*” e “*villa*” são usados mesmo como direitos de uso dos servos ou doações aos senhores até patrimônio sob a gestão dos senhores (se é que podemos dizer propriedade deles, pois, em verdade, o domínio pertencia ao rei), dado pelos centenários, são unidades fiscais de cobrança ou de reunião de impostos — o historiador Duby (1962) confirma tais conceitos perfazendo definições mais analíticas.

Então, essas composições e partes do domínio são maneiras de domínio senhorial, verdadeiros pequenos patrimônios dados à Igreja também que tinha uma função econômica e operacional no trabalho da terra.

Relevam-se as noções de direitos entre os vizinhos das *villae*, um estatuto de direitos intangíveis, que permitiam usar e explorar a terra, nas suas parcelas chamadas de “*mansus*” (mesma palavra que depois gerava a “*maisòn*” ou “mansão”), estas pertencentes aos domínios do senhor feudal, mas dada aos servos, portanto *villa* (Duby, 1962).

Outra divisão muito explorada é a de “manso livre e manso servil” (Duby, 1962), formando assim fenômenos jurídicos absolutamente distintos, um para a produção e para os senhores, outro para os servos que tinham que pagar impostos, até em forma de trabalho, por tal a *corveia*, como era chamada esta troca ou liquidação de dívidas tributárias por meio de atividade laboral.

Os *mansus* são reservas importantes ou concentrações de terra, considerados *mansus indomnicatus* como próprio do senhor; neles havia o “paço” como casa ou instalação do senhor, de modo a favorecer a estocagem e mesmo a guarda da produção pastoril neles produzidas, pois eram administrados com regras rigorosas de controle patrimonial, conforme os ciclos de cultura (Duby, 1962, p. 55 e 78).

Os paços dos senhores possuíam isenções chamadas de “alódios”, e concessões como “alodiamentos”⁸, no sentido de uso ou parcelamento da terra, por prazos específicos, era uma forma de donativo aos próprios senhores, pois, como dizemos em generalidade, o dono da terra era o rei; a noção comum de terra vem depois de muitos séculos, começando a aparecer no século XVIII.

Havia um intendente que era o diretor financeiro dos camponeses, o qual era dotado de noções contábeis mesmo que empíricas para ajustar a gestão das partes do domínio patrimonial, justamente anotando os direitos dos servos de gerenciar os

⁸ O mestre Masi (1975, p. 163) comenta que o termo “*alodio*” significa “todo o bem”, ou seja, as posses ou propriedades de domínio feudal, as quais se deviam obrigações por parte dos servos, pois esse patrimônio era composto de diversos direitos derivados.

mansus, nas suas parcelas, chamadas de “*tenures*” e igualmente registrar essas relações jurídicas.

Sem dúvida, o domínio era “para uso exclusivo do senhor” (Duby, 1962, p. 75) conforme conta diversos documentos da época, como uma dominação econômica e social.

Os contratos escritos crescem, pois os fatos patrimoniais merecem formalidades; eles eram documentações hábeis ou idôneas, embora rudimentares para o nosso tempo atual, bastante evoluídos para aquele tempo.

Existiam os *mansus* do senhor e os *mansus* dos servos, mas usados como posse, pois os patrimônios eram pertencentes ao senhor e havia trabalhadores encarregados, chamados de “foreiros”, também designados pelos senhores do feudo ou do torrão, para ser explorado.

Com tais *porções de patrimônio* (os registros e as divisões eram nitidamente econômicos e contábeis), essas unidades passavam de geração a geração, surgindo mais fortemente o termo “patrimônio” como “*pater dominium*” ou “riqueza do pai transmitida por herança” ou entre “os chefes das grandes famílias”, no caso, “os senhores” (Masi, 1964; Silva, 2012).

Nesse momento, começa a aparecer *empiricamente o fenômeno econômico*, criado pelo homem, pois a terra é fenômeno natural, a sua criação como fato patrimonial, disposto a um capital, é criação do ser humano (Polanyi, 2000); por isso, a classificação da ciência contábil no ramo das *ciências empírico-culturais* (Reale, 2002), como aquelas sociais, criadas pelo homem.

A divisão do domínio de terra, na época de Carlos Magno, era em condados ou porções de terras, dadas aos centenários e aos vigários, como fora dito; os primeiros gerenciavam 100 domínios feudais que ficavam sob a responsabilidade dos condes, os segundos, apenas partes de terra, chamadas de “distritos”.

O termo “*dom*” aparece aqui não como virtude, mas como dádiva, pois, devido às questões de favorecimento aos senhores das terras, algumas partes dos *mansus* eram dadas ao servo; então, o termo se transparece como “doação” e “donativo” (Duby, 1962, p. 69), tal herança linguística, numa hipótese que derivava em reinados atuais, o título de “dom” como “senhor”, proveniente provavelmente dessa época.

Os *dons* não eram espirituais, mas donativos, cumprindo fenômenos de relações sociais, tanto em classes específicas quanto clericais, dando poder ou superioridade econômica para alguns clãs ou famílias existentes na época, como a de servos, sempre conforme a vontade do senhor e o seu poderio patrimonial.

A Igreja tinha os seus *mansus* recolhendo a Deus o dízimo, e o Estado e a religião eram uma coisa só, perfazendo algumas das obrigações das épocas, mas funcionava o terreno eclesiástico como grandes empresas agrícolas; a própria Igreja tinha o domínio da gestão agrícola e desenvolvia as primeiras práticas contábeis desde o século IX.

Aparecem para os mais afortunados não apenas os fenômenos de produção e renda, mas também os de custos e as despesas, e inclusive o uso dos meios de produção; aparece o senso ao menos mental de capital, embora, devido à necessidade de subsistência, tivéssemos que ter um processo mais dadivoso das riquezas.

O *comércio* foi se introduzindo primeiramente com a noção das vendas de produção feita pelos servos dos mansos, e os impostos indicavam o total dessa produção, tudo estabelecendo uma relação econômica entre as terras do domínio e os servos que nelas trabalhavam, perfazendo regras de cálculos bastante excepcionais e formidáveis no sentido de criatividade, embora mantivessem uma subserviência social contundentemente.

Práticas comuns do período, atividades contábeis e derivações em outras ciências

Dentro do contexto do domínio, estabeleciam-se regras de direitos, como proibições de entrada em certos locais cercados, o uso da “*cerca*” (Duby, 1962, p. 102) estabelece-se como fenômeno cultural de propriedade e delimitação de domínios, portanto no sentido de controle contábil e jurídico ao mesmo tempo.

Aparecem certas práticas contábeis importantes ligadas à subsistência, como reservas ou provisões de produção, tendo a família como célula mestra para todo o conjunto de atividades; é mesmo no seio familiar que começa o uso de riquezas e o contexto de “cidade”, semanticamente, como conjunto de famílias (Duby, 1962, p. 21).

A disciplina já existia, considerando que a regra dos costumes criou um *direito consuetudinário*, o qual se matinha sob a formação das terras, criado pelas práticas estudadas hoje em várias ciências, como contabilidade, economia, sociologia etc.; portanto, o direito é um efeito cultural, sem dúvida.

Releva-se a palavra “*cultura*” como forma de cultivo do solo, todavia como costumes dos primeiros trabalhadores da terra para formar o mesmo solo, depois formando o termo “*cultura*” como conjunto de costumes; nesse contexto, a origem

não pode ser considerada a mesma? Com efeitos diferentes, mas na mesma raiz, acreditamos que sim, embora com conotações diferentes.

Para quem roubasse, incendiasse, transgredisse o direito dos senhores, havia a *lei sálida* (Duby, 1962, p. 25), que proibia os gados de pastarem em certos locais. Muitos documentos jurídicos e contábeis retratam tais tipos de regras, que os servos ou os servidores tinham que se manter com os membros da administração dos domínios, surgindo o contexto de patrimônio (*pater dominium* — domínio do Senhor ou do Pai). E a principal produção era a de cereais.

Não há uma média de número de homens; um documento que é o *Domesday Book* fornece alguns dados de recenseamento — um número aproximado é de 5.700 pessoas em *Saint-Germains-Pres*, mas, em outras regiões, difícil é ter uma soma de número de pessoas (Duby, 1962) —, mesmo assim não é exato; a contabilização era conforme os domínios feitos pelos administradores, e começam a aparecer os fenômenos de produção rural, de mão de obra, fora o de densidade demográfica.

A terra poderia se produzir, contudo havia terras ociosas, incultas, mesmo pertencendo aos *appendiciae*, que seriam as terras próprias para a exploração ou não do senhor:

Amplios espaços permaneciam, decerto, completamente desertos... Em contrapartida, de acordo com as aparências, eram nitidamente menos numerosas e repartidas de modo muito irregular em constelações bastante concentradas em solos favoráveis, mas separadas uma das outras por vastas zonas de solidão. Por um lado, ilhéus superpovoados, onde o crescimento biológico estimulado pela prosperidade agrária lançava os homens nos limites da penúria; por outro, espaços vazios explorados de modo muito imperfeito. (Duby, 1962, p. 30)

O autor atesta ainda o problema de ocupação do solo, não apenas como econômico, mas também social, visto que as pessoas precisariam da alimentação produzida para subsistirem na vida e principalmente para manterem-se em épocas absolutamente hostis como o inverno:

Na Flandres, a descontinuidade do revestimento lodoso impunha à ocupação do solo um caráter muito lacunar; nos domínios de Saint-Bavon de Gand, as explorações agrícolas, incapazes de progredir nos terrenos menos fáceis, mantinham uma dimensão medíocre.

Sem compensações possíveis para absorver o aumento do nascimento, as comunidades de aldeia surgem então como que bloqueadas. Não eram os trabalhos de arroteamento, ou a partida de enxames de colonizadores, mas as

mortalidades episódicas, os acidentes militares [...] que vinham aliviar a pressão demográfica. (Duby, 1962, pp. 31-32)

O mundo sociológico tinha que passar a criar elementos de capital ou mesmo manter recursos tecnológicos para o aperfeiçoamento do uso da terra e a melhoria, então, da condição do homem que nela vive.

O sentido gerencial dos fenômenos patrimoniais e o aparecimento de técnicas

Nunca como antes *o aspecto gerencial dos fenômenos patrimoniais* fora tão utilizado automaticamente pela necessidade de melhoramento das terras, principalmente da parte que poderia ser cultivada, ou mesmo os torrões dos quais se tinha que explorar toda a produção, os *appendiciae*, os quais pertenciam aos *villae* dos senhores.

Como havia os problemas de intempéries, ambientais e de fome, as regras gerenciais foram criadas principalmente para a sobrevivência e manutenção da qualidade de vida, embora o sistema fosse de opressão naturalmente; todavia, mesmo sem a democracia dos bens patrimoniais, tínhamos obviamente o seu uso de forma contundente.

Administrar é dominar ou governar um patrimônio à disposição do homem (Moitinho, 1965; 1969); *economia* é a riqueza a ser usada administrativamente (Zappa, 1950; 1957; Monteiro, 1968); e os *meios de capital* são todos os recursos técnicos e tecnológicos usados pelo homem para gerenciar e economizar a riqueza.

Essas três visões eram registradas contabilmente, estabelecendo modelos de gerenciamento da terra, que era a principal riqueza, controlada nos mansos. O objeto a ser considerado “riqueza” era a terra, a qual muitas vezes era mal utilizada, isto é, improdutiva, por tal as primeiras regras de modo a produzir a eficácia dos fenômenos de *produtividade*.

Os homens da era carolíngia tinham que criar meios de produção para aumentarem a produtividade do solo, surgindo assim os *utensílios*; Duby (1962) os coloca como elementos de compreensão, pois são verdadeiros “mecanismos de produção”.

Aqui aparecem os instrumentos usados para moer os cereais, o arranjo dos moinhos; surge a noção dos *investimentos* e a manutenção dos mecanismos para manter “despesas regulares” (Duby, 1962, p. 32), fornecendo melhoria do uso produtivo deles. Nesse contexto, a função dos “administradores prevenidos, que tinham meios para mandar construir estas instalações, sabiam que poderiam retirar delas grande

rendimento” (Duby, 1962, p. 33). A noção do *ganho pela produtividade* do uso dos utensílios e ferramentas para a produção rural já era comum nessa época, visto que “esses rendimentos podiam aumentar muito consideravelmente as receitas dominiais” (Duby, 1962, p. 33).

Os senhores, por sua vez, mantinham a opressão pelo capital (terra), exigindo pagamento de farinha aos senhores da terra; também os mosteiros tinham uma produção de farinha pelos moinhos, o que nos faz dizer que o principal alimento era o pão, sem dúvida.

O arado era modernizado aos moldes da época para melhorar a função de produção da terra; surgem a enxada e outros materiais e ferramentas; o sentido de estudo da terra, do seu arejamento, da sua capacidade de produção, é fundamental para manter não apenas à subsistência, mas também para pagar os senhores.

A arte se desenvolve no sentido de melhoramento dos instrumentos; na sociedade rural, aparece o operário que lida com os metais, especialmente o ferro, pois o arado também necessita de instrumentos metálicos; surge também com mais amplitude o *ministeriales Ferrarii*, embora a matéria-prima e mais rica da Europa fosse a madeira. Por tal que “o metal é pouco utilizado nos instrumentos camponeses” (Duby, 1962, p. 38), só mais tarde se denota a sua utilidade, inclusive na criação de máquinas que substituíram os utensílios rurais, a partir no século XVIII.

Era o advento da *tecnologia na economia rural*, embora a maioria criasse instrumentos de madeira, mas o arado era um equipamento suficiente, bastante preciso, mormente, precário para se produzir e, conforme as culturas da regiões, aparecem recursos próprios para manter os terrenos incultos.

Aumentar a produção de modo crescente, porém o uso de outros bens econômicos como os semoventes, a produção de leite, o transporte de madeira começam a aparecer, além dos instrumentos monetários e do surgimento do fenômeno de “grandes fortunas fundiárias” (Duby, 1962, p. 75).

As práticas de gestão contábil e o uso dos meios patrimoniais na eficiência possível da época

A inteligência criadora do homem utiliza as coisas ou os objetos de riqueza e os transforma em *tecnologia*, mesmo com recursos rudimentares daquela época, embora no contexto de *técnica*, porque nem todos os instrumentos eram dotados de ciência superior (a primeira universidade só viria no século XIII e o reconhecimento contábil, no século XIX), muito obstante, tenhamos já um grau racional e prático,

junto das atividades empíricas, que já estabeleciam regras evoluídas de governo de riqueza.

Com a produção das culturas, vieram diversos *fenômenos patrimoniais* como a produção cerealífera, a extração do leite, cultivo de diversas lavouras; o principal produto aparece como o pão, e um produto fino é o vinho; tudo provinha da terra e das práticas agrícolas; contudo, essas técnicas de produção tinham que se estabelecer gerencialmente, dentro de um critério de produtividade para manter a riqueza em níveis de economicidade, pelo uso operacional da terra e dos animais, conforme os fins de prosperidade.

A primeira forma de controle que se mantinha no problema da produção e fertilidade do solo era de seu uso conforme os tempos: na primavera e no verão, era a produção, embora uma parte da terra ficava em repouso, o que se chamava “*pousio*” (Duby, 1962, p. 121). Essa regra de relaxamento da terra tinha que existir para o rendimento e se mantinha devido ao ciclo de rotação das culturas, esta regra de tempo era semelhante ao que conhecemos como “exercício social”.

Aqui aparece a necessidade de não existir prejuízos, porque toda a azienda patrimonial dependia diretamente do tempo e da terra, exigindo, mormente, deveras a criatividade, dentro de regras práticas de governo econômico dos bens, e, sobretudo, porque a prosperidade era uma lei imprescindível; na sua ausência, haveria fome e muitas mortes.

O ritmo é *ternário*, ou seja, sementes plantadas na primavera e no verão, e um tempo no *pousio*; então, se plantava e colhia nas épocas mais férteis, e renovava-se a terra pelo descanso; tal administração era seguida pelos templos religiosos, pois “um terço do espaço agrícola nada produzia. Outro terço dava o pão e o terceiro produtos para cozinha as papas e as sopas” (Duby, 1962, p. 40).

Aparecem os fenômenos de produção trabalhista e mão de obra, custo de produção na azienda rural, custo de culturas, o de aproveitamento, de rejeito de ociosidade e até o de resultados, todos atrelados ao sistema de eficiência ou produtividade. Mesmo assim os rendimentos são muito tênues, considerando que a população e as aldeias consumiam parte da produção, e não havia grandes lucros; contudo, existia a noção empírica do evitar os prejuízos.

Os rendimentos eram para cada saco muitas vezes dois sacos, outras vezes pouco mais de um saco e meio, de dez para um período de maior fartura, para apenas pouco mais de três. No geral, eles “podem situar à volta de dois e meio por um passaram, nos casos menos favoráveis, para cerca de quatro” (Duby, 1962, p. 138);

não é grande a produtividade, todavia, aproveitando-se uma média de dois para dez, produzia-se uma base de subsistência, mesmo sendo talvez insuficiente.

Outros números aparecem relacionados à produtividade, como um “excedente muito superior a quatrocentos almudes” uma proporção de rendimento de “um vírgula seis para um”, um tipo de “equipamento técnico rudimentar e sob um clima que lhe era geralmente pouco favorável” (Duby, 1962, p. 45), que perfazem um resultado pouco farto da produção agrícola e pastoril.

O caro era manter a produtividade dos bens da terra ou resolver “o problema fundamental dos rendimentos agrícolas”, devido à dificuldade do tempo, dos utensílios, o que mantinha novas alterações de práticas. Portanto, “tudo o que diz respeito à produtividade dos campos levanta o mais incômodo obstáculo à exata compreensão da economia agrária medieval” (Duby, 1962, p. 43).

Muitas vezes, nos tempos de carestia, o rendimento não ultrapassava a 50% da produção; então, praticamente nulo, visto que o consumo absorvia tudo; não existia o que chamamos de “lucro” no sentido capitalístico; além disso, a dádiva e a caridade nunca foram práticas tão comuns devido às necessidades humanas dessa época.

Além disso, as diferenças menores para a *produtividade* é um problema ligado aos *equipamentos*, ao *ativo fixo*, ao uso da *técnica*, da *produção* — muito pouco favorável, poucos utensílios, instrumentos mal-elaborados, mas sempre tendentes ao aperfeiçoamento, com gastos de *mão de obra* excessivos, na forma de consumos — e um problema de eficácia a ser resolvido pela riqueza que quase não se alcançava. Muitos problemas de densidade, infelizmente, eram resolvidos com as mortes esporádicas dos cidadãos, provindas da pouca fortuna não alcançada mesmo com regras de gestão, que eram insuficientes para resolver o nível de prosperidade necessária para a comunidade da época.

O crescimento das práticas de gestão patrimonial e o aperfeiçoamento dos meios de produção

Com as mesmas práticas sendo adaptadas, os mecanismos econômicos se ampliam, seja de modo natural, seja de maneira até automática, pois as estruturas de administração evoluem, melhorando a produtividade, ajeitando com mais perfeição os meios de produção; tudo passa a ser mais organizado com o fim de manter o crescimento de riqueza ou o seu melhor uso juntamente com o crescimento dos povos.

É, sem dúvida, uma crescente à economia da época o aumento dos controles e a ampliação das práticas administrativas pela própria prática de lidar com a terra e com o tempo; o homem aprendeu fazendo, mas, com o seu fazer, começou a criar regras racionais para bem proceder, portanto disciplinas patrimoniais bem evoluídas, bases para as atuais.

Igualmente, tudo passa a ser anotado como recurso nitidamente contábil: “o recurso à escrita, [sic] expandiu-se mais cedo, os métodos de administração beneficiaram de aperfeiçoamentos mais precoces” (Duby, 1962, p. 87), embora tenhamos a presença de um “notário”, sem dúvida, este é na verdade o contador da época que mantinha toda a base administrativa e econômica, agrícola ou rural.

O crescimento econômico acontece devido principalmente à necessidade de alimentação, ao aperfeiçoamento da produção do pão e dos alimentos de subsistência, além da produção dos cereais; então, “o pão continuava a ser o verdadeiro alimento” (Duby, 1962, p. 93); portanto, temos o pão negro também e novas formas racionais de produção da farinha.

A cultura avança nesse sentido, aumentando igualmente não só a produção de cereais, cervas, mormente, mas também melhorando os métodos de produção e entendimento dos ciclos das plantações.

As culturas passavam a ser mais bem desenvolvidas, com o crescimento das aldeias; melhoram-se os métodos para gerenciar a terra e aumentar a subsistência dos seres; aparece uma forma de censo bastante aperfeiçoada com base nas anotações contábeis, com nomes e sobrenomes parecidos com alguns dos atuais, tudo isso nesse período, devido ao crescimento populacional, amparado por forte tradição.

O arrendamento e a divisão dos lotes (*mansus*), junto com direitos e obrigações dos servos (*tenures* e *corveias*), fora os tipos de donativos, são mais bem solidificados; surge o artesanato principalmente na Igreja, e o fenômeno de mão de obra passa a ser maior com o aumento das culturas.

Outras formas de tributação surgem, como cobranças de partes da produção de cereais, da lavoura pela média de produção de lotes; não se sabe se os dízimos tinham tais funções financeiras, mas também se cobravam na produção, tudo numa visão da renda e ganho que começa a aparecer no século XI.

Mesmo assim, cresce o sentido das fraudes, pois muitos servos faziam explorações sem consentimento do seu senhor, eram os tipos de desbravadores, e os tribunais públicos tinham muitos processos que envolviam essas reclamações, considerando

que as terras do senhor não eram concedidas, existindo, em vez de novas invasões de terra, criação de novas *tenures* (Duby, 1962, pp. 100-101).

As aldeias, as aldeolas, o povo servil desenvolvia, reivindicando “a posse plena dos campos” (Duby, 1962, p. 102) ou o seu direito à terra como pequena propriedade camponesa por mais simples que fosse; aparece a luta jurídica e sociopolítica pelos direitos de igualdade.

As novas aldeias com as vendas de produções tinham a ideia do lucro, embora o sentido de satisfação das necessidades fosse muito maior no contexto patrimonial, porém algumas noções do mercado e de rentabilidade apareciam, o que aumentava consequentemente as taxas e os impostos sobre essas produções.

Passa a existir as vilas novas, aparece o conceito de empreendimento, de azienda, portanto, de riqueza e capital, porque, para produzir, era necessário dinheiro. Embora o conceito de capital não estivesse totalmente sólido na prática, denotam-se as relações que envolvessem a sua atividade já entre os séculos XI e XII.

Ao mesmo tempo, os ricos procuravam aumentar o seu patrimônio com novas técnicas de ampliação do domínio, pegando terrenos, pântanos e os transformando em terra passível de plantação, com novos meios de exploração.

Os pequenos agricultores mantinham a sua economia simples. É dito que “os senhores, os primeiros a estar implicados nas especulações comerciais” (Duby, 1962, p. 116), rebocam um ramo econômico, dando-lhe mais força; portanto, é fundamental essa noção que faz transparecer o aumento do comércio já no século X, mas mais forte no século XII, período vizinho do *Liber Abaci* de Leonardo Fibonacci, o Pisano (Sá, 1997).

Evolução da produção agropecuária, melhoria das técnicas contábeis e gerenciais, entre outras práticas e fenômenos

As práticas passavam a se aperfeiçoar. Com o crescimento demográfico e com a inteligência, existem novos meios de técnica e tecnologia, mesmo estas sendo muito rudimentares em comparação com o nosso tempo. Nas abadias e nos mosteiros, já era evoluída a descrição de práticas agrícolas em relação ao século XII, pois se evolui a arte, com os recursos da mente.

Inicialmente, o estudo dos ciclos de produção é aprimorado com relação à rotação dos campos; igualmente, as colheitas são mais rentáveis, e o uso do *pousio*, a criação de novos meios de produção e subsistência, o aperfeiçoamento dos moinhos e o crescimento de práticas patrimoniais e contábeis crescem sensivelmente.

Os fenômenos de arrendamentos a meia ou *metayage* são passados a documentos; evoluem as práticas e conseqüentemente a escrituração existente desses fatos (Duby, 1962, p. 123).

Os administradores eram escribas, portanto contadores; por isso reforça-se a tese de Masi (1973) que já no século XIII contabilizar era sinônimo de administração e gestão das aziendas existentes.

Para bem gerenciar o patrimônio, são criados os controles de entradas e saídas ordinárias de dinheiro, ao mesmo tempo as práticas de inventários e o levantamento patrimonial, como o próprio *Domesday Book*, que é um inventário dos domínios; ao passo são feitas provisões e previsões orçamentárias para manter a administração em dotes eficazes, tanto na esfera feudal quanto na da monarquia (Masi, 1975, pp. 166 e ss.).

Passa a existir formas de uso da colheita para melhorar o giro da produção, substituições de cereais para o melhor ganho e produtividade, a fabricação da cerveja aumenta por questões lucrativas, sem contar o uso do *pousio* bem mais produtivo, adaptado a uma nova forma métodos de colheita e plantação (Duby, 1962, pp. 129-131).

As marcas de produtividade crescem sensivelmente com o aperfeiçoamento das técnicas, embora com limitações de plantações dos arrendamentos, e surgem novos respaldos contratuais, aparecem grandes taxas de produção, operacionalidade e produtividade no uso da terra, ligadas ao estilo de mão de obra.

Igualmente cresce o comércio não somente pastoril, mas também de produtos derivados (como o leite e a própria carne); a produção de vinho passa a ser comercial; também as oficinas de metais se aperfeiçoam, e o uso do ferro — até por questões bélicas — aumenta sensivelmente, juntamente com as formas de tributação e impostos.

Por tal modo de propagação no reino carolíngio na forma feudal que Masi (1975) havia afirmado sobre as práticas contábeis:

Por tal, no confronto do Estado Feudal, a função preeminente de contabilidade, por assim dizer consultiva, se reduzia a um exame das contas produzidas por vários feudatários: de tal prestação de contas se diria em se tratando da contabilidade carolíngia, na qual podendo variar a organização da contabilidade junto aos vários Estados Feudais a trama na qual se desenvolvia e religava obviamente os caminhos da própria organização contábil precedente. (Masi, 1975, p. 169)

O mestre comenta que o patrimônio — além dos bens rústicos, minas, cavernas, animais — era gerenciado por regras contábeis e jurídicas também:

A gestão patrimonial dos grandes domínios feudais por quanto tem referência aos terrenos de uso agrícola se atuava parecida, ou com a constituição de enfiteuses que poderiam ser perpetuas, ou temporárias, porém frequentemente perpétuas: por isso o dirigente, ou domínio direto. (Masi, 1975, p. 180)

Então, o reinado, mesmo sob a forma mínima de feudos, era fundamentado, mesmo no âmbito sociológico, nas práticas gerenciais provindas da contabilidade, contanto que aparecessem as primeiras contas e anotações do patrimônio, e das relações comerciais ou negociais derivadas do próprio uso das terras ou da riqueza pertinente a ser utilizada, pelos membros da hierarquia de tal estrutura administrativa.

Evolução patrimonial, comercial e contábil

O camponês, agora no seu arroteamento, tinha mais liberdade, tanto jurídica quanto laboral, embora os direitos viessem com pesadas taxas para o Estado ou os grupos dominantes.

A forma de administrar na época carolíngia era o Estado feudal, sem dúvida. Assim, inspetores, como o Bispo, e mesmo os abades eram formados e tinham funções dadas, no sentido de serem revisores das práticas administrativas, sem contar a divisão de senhores e vassalos (Masi, 1975, p. 142).

A noção de valor, de aumento, veio com a produção pecuária e leiteira; com o aumento da comercialização de diversos cereais, surge de modo mais vantajoso o comércio a partir do século XII.

Passamos a ter espaços menores para a plantação, ou seja, os chamados “lotes mínimos”, contudo sem prejudicar o progresso agrícola.

O crescimento demográfico passa ser evidente de centenas aos milhares de pessoas; as *tenures* crescem também, juntamente com a sua propagação econômica que satisfaz as necessidades sociológicas do homem.

A circulação de moeda aumenta rapidamente, também o consumo de produtos refinados, como o vinho e os panos de boa lã (Duby, 1962, p. 166); aparece o termo “mercadorias”, que seriam as especiarias que se colocam no mercado para serem vendidas.

Os recursos comerciais surgem a partir dos agrários e, com novas práticas de produções, surgem algumas associações ligadas a pessoas de prestígio e poder na época; a moeda é o principal meio de uso no comércio e o principal meio de troca.

Um mercado é criado, e a moeda como dinheiro passa a ser seu meio mais evoluído de transmissão das relações negociais. A venda dos cereais era muito comum; com grandes taxas de impostos e de alfândegas, surge o contexto no século XII do pedágio que se pagava aos agricultores para poderem vender em certas regiões.

O crescimento do comércio gera uma nova alavancagem, embora possamos dizer que não substitui a prática agrícola, mas sim a consolida e aperfeiçoa os instrumentos intermediários de seus produtos.

Portanto, fecha-se o século XIII com práticas comerciais mais evoluídas, grande desenvolvimento da economia rural, com uma população mais urbanizada, com evolução das práticas agropecuárias e pastoris, e com ganhos para a subsistência das famílias, com a evolução contábil, formando uma gestação para o sistema capitalista e para a contabilidade na sua fase de literatura.

Conclusão

Concluimos que a condição sociológica na era carolíngia é marcada por forte influência religiosa, uma estrutura administrativa bem fechada, forte, ligada ao sistema eclesiástico, dividida em condados ou mesmo partes de terra, com relações básicas de domínios e relações jurídicas e econômicas entre servos e senhores.

Num primeiro momento, o sentido patrimonial é o de subsistência, porém forte desenvolvimento cultural, pois, nesse período, aparecem grande parte dos conceitos ligados à divisão de terra, países, patrimônio e outros fenômenos não apenas sociais, econômicos e jurídicos, como também culturais, estabelecendo-se grandes estreitamentos de base para a formação do Ocidente, tanto na gestão das terras quanto na evolução de técnicas e práticas de lidar com os patrimônios naturais.

Podemos dizer que conseguimos responder a nossa indagação mínima, mesmo não esgotando o assunto, sobre a relevação das principais práticas contábeis, administrativas, patrimoniais e suas relações com outras ciências na fase carolíngia. Embora o assunto seja deveras palpitante, pudemos apresentar alguns panoramas fundamentais de análise desse tempo.

Referencias

Barsa. (1981). *Enciclopedia*. (v. 5). Britannica Editores LTDA.

- Bobbio, N. (2006). *O positivismo jurídico* (lições de filosofia do direito). Ícone.
- Bunge, M. (1987). *Epistemologia: curso de atualização*. (2. ed.). T.A. Queiroz — Editora da Universidade de São Paulo.
- Cândido, A. (1967). *Os parceiros do Rio Bonito*. (6. ed.). Duas Cidades.
- Carboni, G. (1886). *La Ragioneria Scientifica*. (v. I e II). Ermanno Loescher.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Duby, G. (1962). *Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Edições 70.
- Escobar, C. H. de. (1975). *As ciências e a Filosofia*. Imago.
- Franco, H. (1950). *Fundamento científico da Contabilidade*. Ed. Revisora Gramatical.
- Franco, H. e Marra, E. (1985). *Auditoria contábil*. Atlas.
- Freyre, G. (2004). *Sobrados e Mucambos*. (15. ed.). Global.
- Gil, A. C. (2009). *Estudo de caso*. Atlas.
- Globo. (1987). *Italiano*. (v. I). Ed. Globo.
- Haguete, T. M. F. (1992). *Metodologias qualitativas na sociologia*. (3. ed.). Vozes.
- Hegel, G. W. F. (2005). *Introdução à história da filosofia*. Rideel.
- Hoog, W. Z. (2013). *Filosofia aplicada à contabilidade*. Juruá.
- Kuhn, T. S. (2001). *A estrutura das revoluções científicas*. (6. ed.). Perspectiva.
- Leite, F. T. (2008). *Metodologia científica*. Idéias & Letras.
- Martins, W. T. S. e Silva, A. C. R. da. (2011). *História do pensamento contábil — com ênfase na história da contabilidade brasileira*. Juruá.
- Masi, V. (1955). *Filosofia della Ragioneria*. Dott. Cesare Zuffi – Editore.
- Masi, V. (1964). *La Ragioneria Nella Preistoria e Nell`antichità*. Tamari Editori.
- Masi, V. (1971). *La Scienza del Patrimônio*. Nicola Milano Editore.
- Masi, V. (1975). *La Ragioneria Nell`età Medievale*. Tamari Editori.
- Moitinho, Á. P. (1965). *Introdução à Administração*. Ed. Atlas.
- Moitinho, Á. P. (1969). *Administração*. (2. ed.). Atlas.
- Monteiro, M. N. (1968). *Economia e contabilidade das unidades de consumo*. Portugália Editora.
- Pereda, J. T. (2008). *Entrevista*. Revista dos TOC.
- Pessoa, F. (2001). *Poesia – Alberto Caetano*. (2. ed.). Assírio & Alvim.
- Pirla, J. M. F. (1965). *Teoría económica de la contabilidad*. (4. ed.). P. Lopes.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação — as origens da nossa época*. (2. ed.). Campus.
- Queiroz, J. W. N. de. (1983). *Arrendamento mercantil (leasing)*. (2. ed.). Forense.

- Reale, M. (2002). *Filosofia do Direito*. (20. ed.). Saraiva.
- Reale, M. (2007). *Introdução à Filosofia*. (4. ed.). Saraiva.
- Rodrigues, A. A. (1989). Fundamentos históricos e legais da resolução do CFC n.º 560/83. *Revista Brasileira de Contabilidade, ano XIX*(69).
- Sá, A. L. de. (1953). *Filosofia da Contabilidade*. Ed. Aurora.
- Sá, A. L. de. (1961). *História da Contabilidade*. Ed. Presidente.
- Sá, A. L. de. (1989). *Auditoria contábil*. Atlas.
- Sá, A. L. de (1995). Digressões sobre fluxos contábeis. *Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXIV*(96).
- Sá, A. L. de. (1997a). O verdadeiro sentido do conhecimento histórico em contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade, ano XXVI*(107).
- Sá, A. L. de. (1997b). *História geral e das doutrinas da contabilidade*. Atlas.
- Sá, A. L. de. (2002). *Teoria da Contabilidade*. (3. ed.). Atlas.
- Santos, F. M. dos. (2013). *A república do silêncio*. (3. ed.). Edição do autor.
- Silva, F. V. G. da. (1970). *Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas*. Editorial Império.
- Silva, R. A. C. da. (2009). *Evolução doutrinária da contabilidade — Epistemologia do princípio patrimonial*. Juruá editora.
- Silva, R. A. C. da. (2012). *Introdução a moderna Contabilidade Geral*. Juruá editora.
- Silva, R. A. C. da. (2014). *História da contabilidade e finanças*. Juruá editora.
- Thompson, E. P. (2002). *Costumes em comum*. Companhia das Letras.
- Triviños, A. N. S. (2008). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. Atlas.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (3. ed.). Atlas.
- Vieira, P. A. (s/d). *História do futuro*. (v. II). José M. Pontes.
- Zappa, G. (1950). *Il Rédito di Impresa*. (2. ed.). Dott. A. Giuffrè - Editore.
- Zappa, G. (1957). *Le produzioni: Nell'economia delle imprese*. Dott. A. Giuffrè – Editore.